



00751097820164013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0075109-78.2016.4.01.3400 - 10ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00397.2016.00103400.1.00065/00032

DECISÃO

Trata-se de representação formulada pela autoridade policial responsável para apurar possível ocorrência de crimes de corrupção, quadrilha e lavagem de dinheiro (envolvendo a Caixa Econômica Federal, EDUARDO CONSENTINO DA CUNHA, FÁBIO FERREIRA CLETO, LÚCIO BOLONHA FUNARO, MARCOS ANTÔNIO MOLINA DOS SANTOS, JOSÉ HENRIQUE MARQUES DA CRUZ, MARCOS ROBERTO VASCONCELOS e GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA), pleiteando a realização de buscas e apreensões nos endereços especificados às fls. 88/89, relacionados aos referidos investigados, visando à coleta de elementos probatórios sobre os fatos.

Alega, em suma, que as supramencionadas medidas são imprescindíveis para a confirmação dos prováveis ilícitos.

O MPF manifestou-se pelo deferimento do pedido e requereu, ainda, quanto à busca e apreensão a ser realizada na Vice-Presidência de Tecnologia da Informação da CEF (alvo nº 5 da representação policial), autorização judicial com o escopo de que seja melhor compreendido todo o processo decisório que resultou na aprovação dos créditos e/ou investimentos questionados, o acesso às mensagens armazenadas nas contas de correspondências eletrônicas institucionais (e-mails corporativos) utilizadas pelos funcionários ocupantes de cargos comissionados vinculados à Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros da CEF (VITER/CEF), especialmente das contas vinculadas aos ocupantes



00751097820164013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0075109-78.2016.4.01.3400 - 10ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00397.2016.00103400.1.00065/00032

entre 2009 e 2016 dos cargos de (a) superintendente nacional de fundos de investimentos especiais; (b) superintendente nacional de fundos estruturados; (c) superintendente de ativos de terceiros; (d) diretor executivo de ativos de terceiros do Comitê de Planejamento e Gestão; (e) gerente nacional de gestão de fundos estruturados; e (f) gerentes executivos vinculados à gerência nacional de gestão de fundos estruturados. Requereu, ainda, o (I) acesso aos dados constantes nos discos rígidos, mídias telefones celulares apreendidos, incluindo-se, por meio de aplicativos que permitem comunicação telemática, a exemplo do "Whatsapp", "Telegram" e "Messenger"; e (II) a realização de *backup* integral para o MPF e para a Polícia Federal, de todo o material que for apreendido nas buscas e apreensões que serão realizadas.

Além disso, requereu, para a hipótese de parte do material apreendido conter informações bancárias ou fiscais, autorização judicial para acesso a tais dados, com o afastamento do sigilo de dados bancários e fiscais dos alvos correspondentes. Por fim, pugnou pela garantia do sigilo total dos autos, inclusive para as partes investigadas e seus advogados, até as 12 horas do dia em que serão executados os mandados judiciais expedidos no processo.

DECIDO.

O presente procedimento judicial trata da atuação dos referidos investigados na manipulação de créditos e recursos realizada na Vice- Presidência de Fundos de Governo e Loterias e na Vice-Presidência de Pessoa Jurídica, ambas



00751097820164013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0075109-78.2016.4.01.3400 - 10ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00397.2016.00103400.1.00065/00032

da Caixa Econômica Federal.

Conforme relatado pela autoridade policial em sua representação, reportando-se aos relatórios de análise policial constantes dos autos (fls. 92/315), verificou-se que FÁBIO CLETO (réu colaborador neste Juízo Federal em processo penal movido também contra LÚCIO FUNARO, EDUARDO CUNHA, ALEXANDRE MARGOTO e HENRIQUE EDUARDO ALVES) utilizava-se do comando da Vice-Presidência de Fundos de Governo da CEF para a aquisição de debêntures emitidas pelas empresas que negociavam ilicitamente com EDUARDO CUNHO ou LÚCIO BOLONHA FUNARO. Verificou-se, ainda, que EDUARDO CUNHA intermediava na Vice-Presidência de Pessoa Jurídica da CEF, que era dirigida por GEDDEL VIEIRA LIMA, a liberação de empréstimos às empresas que, assim como na Vice-Presidência de Fundos de Governo e Loterias, estivessem dispostas a realizar negociações ilícitas.

Às fls. 83/87, o Delegado de Polícia Federal que preside as investigações apresentou a síntese da participação dos principais investigados e envolvidos, assim como dos órgãos da CEF utilizados no possível esquema ilícito, nos quais há probabilidade de ser encontradas provas das irregularidades, autorizando, assim, a implementação da medida restritiva da busca e apreensão, conforme as razões e suspeitas abaixo descritas:

1) GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA - consta dos autos que, valendo-se do cargo de Vice-Presidente de Pessoa Jurídica da Caixa Econômica Federal, agia



00751097820164013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0075109-78.2016.4.01.3400 - 10ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00397.2016.00103400.1.00065/00032

internamente, em prévio e harmônico ajuste com EDUARDO CUNHA e outros, para beneficiar empresas com liberações de créditos dentro de sua área de alçada e fornecia informações privilegiadas para outros membros do grupo criminoso, composto, ainda, por EDUARDO CONSENTINO DA CUNHA, FÁBIO FERREIRA CLETO e LÚCIO BOLONHA FUNARO, para que, com isso, pudessem obter vantagens indevidas junto às empresas beneficiárias dos créditos liberados pela instituição financeira, como a BR VIAS, OESTE SUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., MARFIG S.A., J&F INVESTIMENTOS S.A, GRUPO BERTIN, JBS S.A., entre outras;

2) MARCOS ROBERTO VASCONCELOS - era o Vice-Presidente de Gestão de Ativos e Terceiros da Caixa Econômica Federal (VITER), setor que exercia função essencial no trâmite regular para liberação de valores tanto da Vice-Presidência de Pessoa Jurídica da CEF, comandada por GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA, quanto pela Vice-Presidência de Fundos de Governo e Loterias (VIFUG), chefiada por FÁBIO FERREIRA CLETO. Tinha papel importante para a liberação dos créditos pretendidos por EDUARDO CONSENTINO DA CUNHA, GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA, LÚCIO BOLONHA FUNARO e FÁBIO FERREIRA CLETO;

3) JOSÉ HENRIQUE MARQUES DA CRUZ - à época dos fatos era servidor de carreira da CEF, tendo sido citado em algumas mensagens como "Henrique da VIGAN", sendo esta a Vice-Presidência de Atendimento e Distribuição da Caixa Econômica



00751097820164013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0075109-78.2016.4.01.3400 - 10ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00397.2016.00103400.1.00065/00032

Federal, setor que exercia função essencial no trâmite regular para liberação de valores da Vice-Presidência de Pessoa Jurídica da CEF, dirigida por GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA, conforme várias mensagens deste para EDUARDO CUNHA, mencionando em diversas situações as pendências de análise do "HENRIQUE", que, segundo as investigações, seria JOSÉ HENRIQUE MARQUES DA CRUZ, da Vice-Presidência de Varejo e Atendimento da CEF (VIVAR), havendo mensagem nos autos trocada entre LUCIO FUNARO e EDUARDO CUNHA sobre "Henrique", que sugere proximidade ilícita com o grupo, buscando algum valor devido ao mesmo;

4) MARCOS ANTÔNIO MOLINA DOS SANTOS - é fundador e então CEO da MARFRIG ALIMENTOS S.A. GLOBAL FOODS S.A., que pleiteava liberação de crédito junto à CEF e, em relação ao qual, GEDDEL e EDUARDO CUNHA desenvolveram diálogos, no sentido de que "já tinham saído votos favoráveis às operações da MARFRIG, de que os valores estavam liberados e sobre reuniões com MARCOS MOLINA". Após tais conversas a empresa de LUCIO BOLONHA FUNARO, a VISCAYA HOLDING, PARTICIPAÇÕES, INTERMEDIações, COBRANÇAS E SERVIÇOS, recebeu depósito de R\$ 469.500,00 da empresa MARFRIG S.A., conforme informado pela COAF/MF;

5) VICE-PRESIDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA CEF - muitas informações foram repassadas por meio de *e-mails*, havendo a possibilidade de que estejam armazenadas mensagens importantes nas contas de correspondências



00751097820164013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0075109-78.2016.4.01.3400 - 10ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00397.2016.00103400.1.00065/00032

eletrônicas institucionais utilizadas por GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA, FÁBIO FERREIRA CLETO, MARCOS ROBERTO VASCONCELOS, DEUSDINA DOS REIS PEREIRA, GIOVANNI CARVAÇLHO ALVES e JOSÉ HENRIQUE MARQUES DA CRUZ, no período de 01/04/2011 a 21/12/2015, quando GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA e FÁBIO CLETO ocuparam cargos de Vice-Presidência da CEF; e

6) VICE-PRESIDÊNCIA DE PESSOA JURÍDICA DA CEF - há grande possibilidade de que lá existam informações e cópias de processos de obtenção de créditos das empresas envolvidas na obtenção de créditos junto a CEF, quais sejam, BR VIAS, OESTE SUL, COMPORTE PARTICIPAÇÕES S.A, MARFRIG, J&F INVESTIMENTOS, GRUPO BERTIN (CONTERN), JBS, BIG GRANGO, DIGIBRÁS, INEPAR e PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA.

Assim, considero haver o *periculum in mora*, pela necessidade urgente de se buscar provas que poderão ser eliminadas, e o *fumus boni iuris*, por serem fortes os indícios de que todas as pessoas relacionadas na representação da autoridade policial tiveram participação nos atos que ensejaram as referidas irregularidades/ilícitos. Medida essencial para que sejam devidamente investigados os fatos, com atos além de tomada de depoimentos, mas com meios mais invasivos na busca da prova a fim de que se possa obter outros elementos imprescindíveis para se conhecer melhor das apontadas irregularidades/ilícitos configuradoras, *a priori*, de diversas infrações penais, como crimes de corrupção, associação ou organização criminosa, lavagem de dinheiro, dentre outras, no âmbito da Caixa



00751097820164013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0075109-78.2016.4.01.3400 - 10ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00397.2016.00103400.1.00065/00032

Econômica Federal, empresa pública federal de grande importância para o desenvolvimento econômico do país.

Ante o exposto, **DEFIRO** o pedido de busca e apreensão formulado pela autoridade policial (fls. 03/90), referente aos endereços indicados na tabela de fls. 88/89 (com exceção do endereço apontado como **RESIDÊNCIA FUNCIONAL do Deputado LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA**, em razão de sua prerrogativa de foro, considerando inclusive que GEDEL VIEIRA LIMA não ocupa mais cargo público federal em Brasília), **com as complementações apresentadas pelo MPF em seu parecer de 330/336, em todos os seus termos**, inclusive no que concerne ao acesso às mensagens especificado às fls. 335; ao acesso aos dados existentes nas mídias apreendidas e *backup* de material apreendido; e quebra de sigilo bancário e fiscal existentes no material apreendido, nos termos requeridos às fls. 336.

Defiro, ainda, o pedido de sigilo dos autos de fls. 336, ou seja, até 12 horas do dia em que serão executados os mandados judiciais expedidos no processo.

Ressalvo que **as buscas e apreensões deverão** ser realizadas de forma seletiva, com cautela e discricção, e que sejam apreendidos apenas os elementos de prova relativos aos fatos sob investigação.

Registro, ainda, que após a apreensão, a autoridade policial deverá providenciar o **espelhamento de todas as mídias**, no prazo de 30 (trinta) dias, restituindo os equipamentos correspondentes aos respectivos donos

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA em 19/12/2016, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 66124123400248.



00751097820164013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0075109-78.2016.4.01.3400 - 10ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00397.2016.00103400.1.00065/00032

Deve, ainda, a Autoridade Policial observar os mandamentos contidos nos artigos 245, 246, 247, 248 e 249 do Código de Processo Penal.

Autorizo também a **busca pessoal dos suspeitos**, com as cautelas constitucionais, desde que haja indícios de que estejam portando algum objeto ou documento relacionado com a investigação.

Outrossim, autorizo a **quebra do sigilo dos dados contidos telefônicos, telemáticos, postais, bancários e fiscais nas mídias e demais documentos/material** que forem objeto das referidas buscas e apreensões, **de maneira que o MPF e a Polícia Federal possam examinar computadores/material e todas as demais mídias/documentos, e, se for o caso, sujeitá-los à perícia.**

Ciência à Polícia Federal e ao MPF.

À Secretaria para as providências cabíveis ao cumprimento da presente decisão.

Brasília, 19 de dezembro de 2016

VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA
Juiz Federal